

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

ISADORA LAGUNA SOARES

DO MORFEMA À FRASE: a integração forma-sentido no discurso como constitutiva do nascimento da criança na cultura.

PORTO ALEGRE

2015

ISADORA LAGUNA SOARES

DO MORFEMA À FRASE: a integração forma-sentido no discurso como constitutiva do nascimento da criança na cultura.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva.

PORTO ALEGRE

2015

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos meus pais, que sempre estiveram presentes, não medindo esforços para manter meus estudos e nossa família unida. À minha irmã, por tantas vezes ter me coberto nos afazeres de casa durante essa escrita e me ensinado a criar laços e deixar-se afetar. Aos três agradeço pelo apoio especialmente nesses últimos meses, nada disso teria sido possível sem vocês.

Agradeço também aos meus tios, avós e primos por terem compreendido minhas ausências e sempre confiarem na minha capacidade, inclusive muitas vezes me convencendo dela. Especialmente agradeço à minha prima Luiza, minha melhor amiga. Muito obrigada por ter assumido trabalhos meus nesse período e por comemorar mais essa conquista comigo, mais do que isso, muito obrigada por estar sempre por perto *anywhere, anyhow, anyway*.

À minha orientadora e amiga, professora Carmem Luci, por ter acolhido a mim e meus questionamentos, com carinho e paciência, durante os dois anos e meio de Iniciação Científica. Muito obrigada pela dedicação atenciosa nos artigos e apresentações, mas principalmente na orientação deste trabalho. Estendo aqui meus agradecimentos às queridas colegas de pesquisa, por dividirem comigo os desafios que esta encantadora área nos impõe, por compartilharem suas dúvidas e conhecimentos: este trabalho tem muito de vocês.

Ao Mathew, pelo amor, carinho e apoio essenciais nos últimos meses. Muito obrigada por ter entendido meu espaço e me cedido um pouquinho do teu; por ter enxugado minhas lágrimas, mas me mostrado que às vezes é preciso desacelerar para enxergar as soluções. Obrigada por ser, antes de tudo, um grande amigo.

Às amigas que fiz durante a graduação: à Sara, minha tradutora preferida, por dividir comigo os percalços da Enunciação e da vida; à Natália, por ter tantas vezes guardado sua dor para consolar a minha; à Caroline, por todas as produções na academia, na sala de aula e na luta; à Camila, por ser meu extremo oposto e trazer a poesia e o silêncio que me faltam; à Fernanda, por todos os momentos eufóricos regados a palavras e petiscos. Agradeço também ao Rafael e ao Gabriel, pela amizade que construímos ao longo desses cinco anos e que quero cultivar por muitos mais.

Aos amigos que, mesmo fora do curso de letras, estão sempre por perto compartilhando momentos memoráveis e que demonstraram importante apoio durante este trabalho, em especial, Lucas, Möller, Raíssa, Letícia Matos e Fernanda Piccolo.

. Agradeço também aos professores que me incentivaram nessa escolha, tanto na escola, quanto na universidade, por me servirem de exemplo e deixarem importantes marcas na minha formação, mas principalmente agradeço aos meus alunos e ex-alunos, por terem me proporcionado o desafio da sala de aula e, assim, confirmado minha escolha. Sem vocês, de nada teriam valido esses cinco anos.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu avô José Sidinei (*in memoriam*), que não viveu minha graduação, mas a quem dedico esta conquista, pois colocou a UFRGS como um desafio na minha vida, acreditando na minha capacidade, e me fazendo viver uma das melhores experiências que já tive.

*“Bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para **viver.**”*

(Émile Benveniste)

RESUMO

Partindo do diálogo entre os campos dos estudos enunciativos de Émile Benveniste e da aquisição de língua materna, tomando como base os deslocamentos de Silva (2009) – que concebe a aquisição como um ato enunciativo –, este trabalho visa a verificar como os valores culturais engendram forma e sentido nas relações enunciativas criança-outro. Benveniste (1967/2006) concebe a existência da língua no domínio semiótico e no domínio semântico; ambos considerados na forma e no sentido. O domínio semiótico ocupa-se da língua enquanto relação de signos, o que se pode identificar no interior e no uso da língua. Nesse domínio intralinguístico, uma forma para existir como signo tem como critério o reconhecimento por aqueles que manuseiam a língua. Além desse domínio, Benveniste considera o semântico, espaço da língua em ação, que tem como critério para existência das formas a compreensão em sua atualização no discurso. Desse modo, é possível afirmar que a criança, em seu processo de aquisição, ainda que enuncie formas não reconhecidas pelo outro como pertencentes ao domínio semiótico, faz uso de elementos que estão presentes neste domínio para dar existência, no discurso, a essas formas. Considera-se, pois, que a enunciação carrega valores culturais que possibilitam à criança realizar uma passagem de *formas enunciativas*, que produzem sentido no discurso, ou seja, no domínio semântico, a *formas da língua*, que têm sentido enquanto signo, no domínio semiótico, entretanto, se a cultura está impressa na língua, ela se manifesta no discurso em todas as unidades atualizadas no discurso – inclusive naquelas de níveis inferiores ao da frase, como os morfemas. A partir dessa reflexão, buscamos, além de verificar as relações de forma e sentido mediadas pela cultura na enunciação criança-outro, responder a três questões: 1. Como a criança e o outro constituem sentidos no fio discursivo para dar existência, na enunciação, às formas não pertencentes à língua? 2. Qual o papel da instância cultural para a compreensão de formas enunciativas atualizadas no discurso da criança, não reconhecidas pelo outro como formas da língua? 3. Como os valores culturais impressos em formas morfológicas da língua, caso do sufixo, constituem *sentido* ao integrarem frases/discursos criança-outro em suas enunciações? Os resultados da análise de quatro fatos enunciativos de crianças dos onze meses aos três anos e quatro meses, publicados por Silva (2009a), apontam que os sentidos das formas enunciativas atualizadas pela criança são possíveis através da compreensão de seu emprego no discurso e que o *semantismo social*, que permeia a situação discursiva, assegura essa compreensão. Estando a cultura impressa na língua-discurso, a criança, em seu processo de aquisição, apreende os valores impressos em unidades da língua pela relação de conjunção e disjunção no discurso com o outro e os emprega em seu discurso.

ABSTRACT

Starting from the dialogue between the fields of enunciation studies of Émile Benveniste and of mother language acquisition, based on the shifts proposed by Silva (2009) – who regards acquisition as an enunciative act –, this paper aims to verify how cultural values beget form and meaning in the enunciative relations between child-other. Benveniste (1967/2006) conceives the existence of language in the semiotic and in the semantic domains; both are considered in form and meaning. The semiotic domain deals with language as a relation of signs, which can be identified within and through the use of language. In this intralinguistic domain, being acknowledged by those who use the language is the criterion for a form to exist as a sign. In addition to this domain, Benveniste considers the semantic, space of language in action, which has as criterion for the existence of the forms the understanding when they are updated in speech. Thus, it is possible to state that in their acquisition process even if the child utters forms that are not acknowledged by others as belonging to the semiotic domain, they use elements that are present in this domain to give existence to these forms in the speech. Therefore, we consider that the enunciation carries cultural values that enable the child to switch from *enunciative forms*, which produce meaning in the speech, that is, in the semantic domain, to *forms of the language*, which have a meaning as signs, in the semiotic domain. However, if the culture is printed in the language, it manifests itself in the speech in all units updated in it – including those levels below the sentence, such as morphemes. From this reflection, in addition to verifying the relations of form and meaning mediated by culture in the enunciation child-other, we seek to answer three questions: 1. How does the child and the other constitute meanings on the discursive thread to give existence, in enunciation, to forms that do not belong to the language? 2. What is the role of the cultural instance to understand the enunciative forms updated in the child's speech, not acknowledged by the others as forms of the language? 3. How do the cultural values printed in morphological forms of the language, as in the case of the suffix, constitute *meaning* when they integrate sentences/speeches child-other in their enunciations? The results of the analysis of four enunciative facts of children aged between 11 months and three years and four months, published by Silva (2009a), indicate that the meanings of the enunciative forms updated by the child are possible through the understanding of their use in the speech and that the *social semantism*, which permeates the discursive situation, ensures this understanding. With culture printed in the language-speech, the child, in their acquisition process, grasps the values printed in units of the language through the relation of conjunction and disjunction in the speech with the other and uses them in their speech.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistematização dos conceitos de Linguagem, Língua e Enunciação presentes ao longo do trabalho	26
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Convenções utilizadas na transcrição dos fatos enunciativos	36
------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAS	10
1 LINGUAGEM, LÍNGUA E ENUNCIÇÃO	15
1.1 LINGUAGEM E CULTURA.....	15
1.2 A LÍNGUA NO SEMIÓTICO E NO SEMÂNTICO.....	17
1.2.1 Forma e sentido no semiótico	18
1.2.2 Forma e sentido no semântico	21
1.2.1.1 As unidades morfológicas em língua portuguesa.....	19
1.3 A CONVERSÃO DA LÍNGUA EM DISCURSO: O UNIVERSO DA ENUNCIÇÃO	23
2 ENUNCIÇÃO E AQUISIÇÃO.....	27
2.1 REFERÊNCIA E INTERSUBJETIVIDADE	27
2.2 REFERÊNCIA E INTERSUBJETIVIDADE NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	29
2.3 DA REFERÊNCIA MOSTRADA À REFERÊNCIA CONSTITUÍDA NO DISCURSO DA CRIANÇA	31
3 METODOLOGIA DE ANÁLISE	35
3.1 DOS FATOS ENUNCIATIVOS	35
3.2 DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	36
4 A CRIANÇA NA LÍNGUA-DISCURSO.....	38
4.1 A ENTRADA DA CRIANÇA NA LÍNGUA: O PAPEL DAS FORMAS ENUNCIATIVAS	38
4.2 FORMA E SENTIDO NO DISCURSO DA CRIANÇA.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

CONSIDERAÇÕES INICIAS

*Eu fico ao lado do linguista que se interessa pela
“maneira como o homem é animado e manifesto
através de sua linguagem”.*

Aya Ono

Meu interesse dentro da pesquisa em Aquisição da Linguagem iniciou, pode-se dizer, em uma dúvida ainda antes de ingressar na universidade. Por ter sido durante alguns anos a única criança da família, cresci ouvindo histórias sobre coisas que dizia, sobre constantes inversões de sílabas nas minhas palavras, sobre a curiosa lógica que criava enquanto aprendia a ler. Isso tudo que me contavam, além de provocar riso, fazia com que me questionasse por que falava daquele jeito e como havia transformado aqueles discursos atrapalhados em discursos claros e ordenados.

Com tantas dúvidas, o curso de Fonoaudiologia parecia, de início, solucionar algumas delas. A Clínica me colocaria em contato com os dizeres das crianças que suscitam *estranhamento* dos familiares, me traria maneiras de refletir e me possibilitaria intervir para provocar mudanças na relação delas com a língua. No entanto, percebi que o curso não me faria pensar, para além das aparentes *falhas* das crianças, sobre o funcionamento da língua em emprego a partir da reflexão sobre a organização da língua portuguesa como língua materna por meio de diferentes teorias explicativas sobre essa organização. Optei pelo curso de Letras sem saber muito bem que aqui minhas inquietações poderiam ter uma ancoragem.

Foi no primeiro semestre que recebi uma resposta para a minha grande pergunta sobre com as crianças aprendem a língua:

A linguagem não é um artefato cultural que aprendemos da maneira como aprendemos a dizer a hora ou como o governo federal está funcionando. Ao contrário, é claramente uma peça da constituição biológica de nosso cérebro. A linguagem é uma habilidade complexa e especializada, que se desenvolve espontaneamente na criança [...] **as pessoas sabem falar mais ou menos da mesma maneira que as aranhas sabem tecer teias.** (PINKER, 1954/2002, p. 9-10, grifos meus)

Com essa resposta, aceitei que a aquisição da linguagem era um instinto, que todas as crianças adquiriam a linguagem da mesma maneira e no mesmo período em todas as partes e culturas do mundo. Não havia outra resposta, então, que uma resposta biológica para a maneira como as crianças aprendiam a falar. A assertividade com que essa perspectiva foi apresentada, apesar dos questionamentos, acabou me calando: meus como e porquês estavam resumidos a um mecanismo cerebral que possibilitava à criança sua fala. Devido a essa experiência, iniciei meus estudos linguísticos com o pensamento cognitivista e inatista que embasa o gerativismo; criei um muro a outras teorias, o qual levou um bom tempo para ser desestruturado.

No segundo ano da faculdade, conheci a professora Luiza Milano, que ministrava a disciplina de Fonologia. Ainda no início do semestre, enquanto conversávamos sobre algumas dúvidas que tinha, ela me convidou para assistir às apresentações de suas bolsistas no Salão de Iniciação Científica da UFRGS; foi então que vi novas perspectivas sobre o processo de aquisição da linguagem e comecei a ler mais sobre o assunto, apesar de sentir que ainda não havia me encontrado teoricamente e de achar que, no fim, acabaria me aprofundando nas análises de texto escrito. Logo no semestre seguinte, fui aluna da professora Carmem Luci, na disciplina de Estudo do Texto, onde tive contato com a Teoria Enunciativa Benvenistiana e onde também soube de seus estudos em aquisição da linguagem. Foi então que conversei com a professora sobre meu interesse em conhecer a pesquisa e retomar os questionamentos que tinha sobre a aquisição de língua materna, pedido o qual foi prontamente atendido.

Comecei a participar do grupo de pesquisa ainda no início do projeto “A operação de referência: os *rudimentos* da cultura no discurso da criança (Fase 1)”, que se propunha pensar sobre a função cultural da língua em uma abordagem enunciativa de aquisição da linguagem. Quando lemos o projeto de pesquisa e começamos a pensar as relações culturais, citamos um fato enunciativo de Francisca, aos onze meses, em que a mãe lhe pede que *nane o nenê*, e ela prontamente pronuncia um som de ninar quando a mãe a alcança um urso de pelúcia. Coincidentemente, há uma gravação do meu aniversário de um ano em que essa cena também ocorre: ao me alcançarem uma boneca e pedirem que eu *nanasse o nenê*, coloco-a no colo e repito os sons *ah ah ah*, como Francisca. Esses fatos me fizeram pensar sobre a relação cultural que está ali implicada, principalmente em relação à construção cultural do gênero feminino, do que a sociedade concebe como *ser mulher* e de como isso é repassado às meninas através da linguagem, impregnada de valores culturais.

Embora isso tenha me chamado atenção, outro questionamento começou a tomar lugar quando lemos uma coluna de Marcos Piangers, no jornal Zero Hora, intitulada *Dicionário*

*Aurora da língua portuguesa edição revista e atualizada*¹. Nesta, o colunista relatava algumas frases de sua filha, que estava começando a falar, dentre elas formas como *cacaco*, que poderia significar tanto suco, quanto piscina ou banho, dependendo da situação. Junto disso, a formulação de Émile Benveniste (1967/2006², p. 227), retirada do texto *A forma e o sentido na linguagem*, “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado, não é signo; e fora do uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua ou está fora da língua”, deu forma a um novo questionamento: como criança e adulto se entendem na fase de aquisição da linguagem?

Meu primeiro trabalho nesta pesquisa, então, interrogou o modo como a criança e o outro constituem sentidos no fio discursivo para dar existência, na enunciação, às formas que não estão na língua enquanto domínio semiótico. Para Benveniste “somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo” (*op. cit.*, p. 229), por isso, partiu-se do pressuposto de que os valores culturais impressos no discurso possibilitam à criança e ao outro atribuírem sentidos às formas presentes no uso para que a criança se constitua nas formas da língua. Durante este trabalho, percebemos que os valores culturais que permeiam a língua-discurso também estão presentes em unidades de língua que pertencem a níveis inferiores ao do discurso. Foi essa percepção e indagação que me encaminhou a um novo trabalho dentro do projeto.

O que passamos, então, a questionar neste novo trabalho foi como a cultura é impressa em elementos particulares no uso da língua, pois se, de uma maneira ampla, ela possui destaque no discurso da criança, seus valores também podem estar impressos em unidades menores da língua que integram seu discurso. Esse questionamento surgiu a partir de um fato enunciativo, também presente aqui, em que uma criança utiliza o morfema *-inha* para atenuar uma palavra que desagrada sua mãe, entretanto, por termos diversas vezes retornado aos dados coletados e transcritos por Silva (2009a), notamos que muitos dados de Francisca (informante acompanhada longitudinalmente dos onze meses aos três anos e quatro meses) apresentavam este morfema – tanto incorporado à fala do adulto quanto à da própria criança. Esse apontamento me levou a questionar que valores culturais este morfema em específico evoca no discurso criança-outro.

¹ Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2014/03/marcos-piangers-dicionario-aurora-da-lingua-portuguesa-edicao-revista-e-atualizada-4446340.html>

² As datas dos artigos entre parênteses referem-se, respectivamente, ao ano da primeira publicação do artigo em francês e ao ano da publicação em português utilizada neste texto.

Foi buscando pensar essas relações entre *forma* e *sentido* na aquisição da linguagem e para adentrar mais profundamente neste questionamento que se originou este novo trabalho. Seu desenvolvimento, portanto, tem estrita relação com as reflexões feitas durante os últimos dois anos e meio no grupo de pesquisa e com os trabalhos desenvolvidos nesse período. A partir dos textos de Émile Benveniste e dos estudos de Silva (2009a), passamos a discutir acerca da instância cultural como intermediária às relações de forma e sentido no fio discursivo criança-outra no ato de aquisição da linguagem, tanto em um nível de frase, quanto em um nível inferior à frase, quando integrados no discurso.

Dessa forma, partiremos das noções de linguagem, língua e enunciação da perspectiva benvenistiana e do seu deslocamento ao campo da aquisição da linguagem, estudo realizado por Silva (2009a), para cumprir com nosso objetivo de verificar como os valores culturais engendram forma e sentido nas relações enunciativas criança-outra. Para isso, consideramos que linguagem e cultura são inseparáveis, uma vez que, para Benveniste, “à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 222), e que a criança em seu processo de aquisição da língua, além de apreender a linguagem da sociedade que compõe, apreende esta própria sociedade e seus valores culturais que se imprimem na língua como um sistema orgânico de signos.

Assim este estudo procura responder às seguintes indagações:

- 1) Como a criança e o outra constituem sentidos no fio discursivo para dar existência, na enunciação, às formas não reconhecidas pelo outra como pertencentes à língua?
- 2) Qual o papel da instância cultural para a compreensão de formas enunciativas atualizadas no discurso pela criança, não reconhecidas pelo outra como formas da língua?
- 3) Como os valores culturais impressos em formas morfológicas da língua, caso do sufixo, constituem *sentido* ao integrarem frases/discursos criança-outra em suas enunciações?

Para responder aos questionamentos, este trabalho se estrutura em um primeiro capítulo, que concentra os recortes que fizemos dos textos de Émile Benveniste e as noções das quais partiremos para, em um segundo capítulo, deslocarmos estes mesmos conceitos às relações de enunciação e aquisição. No terceiro capítulo, constituiremos nosso dispositivo

metodológico, a partir de considerações sobre a constituição do nosso *corpus* de análise e de questionamentos que permearão a análise de dados, que se realizará no capítulo seguinte, mostrando os fatos transcritos e nossa reflexão acerca de suas operações para, finalmente, sistematizarmos as considerações finais que resultaram deste estudo.

Com este trabalho, então, buscamos demonstrar nosso trajeto de pesquisa dentro da Graduação, pautado pela noção de que a cultura de uma sociedade se revela na língua-discurso e de que o olhar para essa relação no discurso da criança nos pode revelar a maneira como essa cultura e essa sociedade são apreendidas.

1 LINGUAGEM, LÍNGUA E ENUNCIÇÃO

O trabalho que apresentaremos aqui, ancora-se principalmente nos estudos de Émile Benveniste e em seu deslocamento para o campo da aquisição da linguagem. Entretanto, por se tratar de um estudo benvenistiano, há algumas considerações importantes a se fazer antes de adentrarmos nas reflexões singulares de que trataremos nas próximas páginas.

Segundo Flores (2013), uma das dificuldades nos estudos enunciativos de Benveniste decorre da amplitude de sua obra; se considerarmos apenas os dois volumes dos *Problemas de Linguística Geral*, por exemplo, estaremos tratando de nada menos que 48 textos publicados de 1976 a 1989. Por isso, o autor afirma que “quando se estuda Benveniste, é necessário precisar qual parte de sua obra está em exame [...]. Estudá-la implica fazer recortes e, antes de tudo, constituir um *corpus textual* de referência a partir do qual uma pesquisa pode ser desenvolvida” (FLORES, 2013, p. 21, grifos no original). Além disso, outra dificuldade nesses estudos decorre da complexidade de relações entre termos e definições, uma vez que muitos conceitos deste linguista se definem por estarem articulados a outros que, por sua vez, também se relacionam a outros termos e definições. Tendo isto em vista, se pode admitir que “é difícil, nessa teoria, estudar um elemento isolado de outro” (*op. cit.*, p. 24).

As dificuldades apontadas na *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*, portanto, nos levam a definir, antes de tudo, a forma como entendemos os termos que nortearão este estudo. Por essa razão, o capítulo que segue tratará da maneira como trataremos alguns termos centrais que fazem parte deste trabalho, a saber: linguagem, língua e enunciação.

1.1 LINGUAGEM E CULTURA

Segundo Benveniste (1963/2005, p. 27), “a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*”, base da significação, que é a propriedade de dar sentido de uma língua por ser usada para “dizer alguma coisa”. Para o autor, essa capacidade de representação simbólica está na base das funções conceptuais e se manifesta ainda na infância do homem pela organização de um sistema linguístico.

Esse sistema é simbólico, portanto, realiza-se por uma língua, porém esta é inseparável da sociedade, o que permite dizer que “é dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente” (BENVENISTE, *op. cit.*), ou seja, é pela linguagem que o homem se constitui e se insere no mundo, e é também por ela que a sociedade se constitui. Desse modo, os valores culturais da sociedade e a consciência de seu meio são intermediados pela linguagem, e é através dela que a língua se constitui como unidades em relação, distribuídas e integradas em níveis pela forma e pelo sentido, noções que aprofundaremos mais adiante.

Pensemos agora na faculdade *simbólica*. Segundo Benveniste (*op. cit.*), essa faculdade permite a formação de um conceito como distinto do objeto concreto porque se realiza em dois planos: de um lado é um *fato físico*, ou seja, mediada por um aparelho vocal, que a reproduz, e um auditivo, que a percebe; de outro, uma *estrutura imaterial* que *evoca* os acontecimentos e experiências. O símbolo, nessa perspectiva, tem função mediadora, organizando o pensamento e realizando-se na linguagem. Esse sistema de símbolos é repetido de geração em geração, pela língua, por isso o autor demonstra sua importância através da seguinte passagem:

O fato de existir semelhante sistema de símbolos revela-nos um dos dados essenciais, talvez o mais profundo da condição humana: o de que não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem. (BENVENISTE, 1963/2005, p. 31)

Dado que a linguagem permeia as relações entre homem e homem, homem e mundo, podemos atestar que, para Benveniste, não é possível separá-los, sendo assim, se considera que a linguagem está na natureza do homem, razão pela qual o autor afirma ser um engano tratá-la como um “instrumento de comunicação”. Dizer que a linguagem é um instrumento é, nas palavras do semanticista, opor o homem à natureza, pois um instrumento, como a flecha ou a roda, pode ser fabricado pelo homem, diferentemente da linguagem, que está em sua natureza, uma vez que não se atinge nunca o homem separado da linguagem ou reduzido a si mesmo, muito pelo contrário: “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 285). Deste modo, a linguagem é a maneira pela qual o homem pode atingir o outro, conseqüentemente exigindo-o e pressupondo-o. Essa relação permite ao autor considerar que a sociedade é dada com a linguagem, uma vez que a sociedade só se sustenta pelo uso da língua: é uma implicação mútua. Assim, esta faculdade simbolizante está no seio da sociedade, no seio de uma cultura e, por isso, “nenhuma língua é

separável de uma função cultural” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 24), o que coloca em interdependência sociedade, língua e cultura.

Para Benveniste, a língua é o interpretante da sociedade porque a contém. A justificativa desta relação se dá porque é possível isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem considerar seu emprego na sociedade e na cultura, entretanto “é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas” (BENVENISTE, 1970a/2006, p. 98). A cultura, para o linguista, “deriva no fundo de valores, de sistema de valores” que são inerentes à vida social numa rede de diferenças responsáveis pela atribuição de sentido. Por isso Benveniste afirma que esse sistema de valores se imprime na língua como interpretante da sociedade, configurando-a e “instaurando aquilo que se poderia chamar o *semantismo social*” (*op. cit.*, p. 100). Deste modo, todo mecanismo da cultura é um mecanismo de caráter simbólico que possibilita ao homem fundar-se na linguagem e realizar-se na língua nos dois modos de sê-la: no semiótico e no semântico.

1.2 A LÍNGUA NO SEMIÓTICO E NO SEMÂNTICO

A propriedade de significação da linguagem manifesta-se na língua, constituída em níveis e unidades articulados na *forma* e no *sentido*. Para Benveniste, a língua possui natureza articulada e constituída por elementos discretos. Essa articulação e discrição permite que os elementos linguísticos se relacionem entre elementos de mesmo nível, em relações de *distribuição*, ou de níveis diferentes, de *integração*; desse modo, o teórico propõe que

Um signo é materialmente função de seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir seus elementos constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função *integrativa*. Uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como “parte integrante” da unidade de nível superior, da qual se torna o *integrante*. (BENVENISTE, 1964/2005, p. 133)

O que define se uma unidade pode adquirir o *status* linguístico de integrar um nível superior é da ordem do *sentido*. Para adentrarmos nessa reflexão, partiremos do nível delimitado por Benveniste como o nível inferior das relações de distribuição e de integração – o nível

merismático. As unidades que permeiam este nível inferior são os traços distintivos dos fonemas, entretanto sua significação só é assegurada quando integram o nível fonemático, tornando-se, portanto, distintivos em oposição a outros na composição de um fonema. Segundo Benveniste, “nada nos permitiria definir a distribuição de um fonema [...] se não nos referíssemos sempre a uma *unidade* particular do nível superior que a contém” (*op. cit.*, p. 131, grifo no original); da mesma sorte, portanto, um fonema só se define como tal por integrar uma unidade mais alta: o morfema.

O morfema, como veremos mais adiante, pode realizar-se como uma forma livre ou como uma forma conjunta que integre uma forma livre. Deste modo, o universo dos signos pode ser decomposto em unidades, mas essas unidades, ao atingirem o nível da frase, compõem o universo do discurso.

Ao inserir a reflexão sobre os níveis de análise, que culmina com o mundo do discurso, Benveniste promove a abertura de sua reflexão para dois universos: o do signo e o do discurso. Segundo Émile Benveniste (1967/2006, p. 229), “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”; essas maneiras são, para o teórico, duas modalidades fundamentais da função linguística: no domínio semiótico, cuja unidade é o signo, a de ser reconhecida; no domínio semântico, cuja unidade é o discurso, a de ser compreendida. Para que possamos pensar a impressão da cultura nos discursos do outro e da criança, adentraremos nesta distinção.

1.2.1 Forma e sentido no semiótico

O domínio semiótico ocupa-se da língua enquanto relação de signos, o que se pode identificar no interior e no uso da língua. Nesse domínio intralinguístico, uma forma para existir como signo tem como critério o *reconhecimento* por aqueles que manuseiam a língua, ou seja, que evoque a cada falante de uma comunidade linguística, “a grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições” (BENVENISTE, 1969a/2006, p. 65). Por esta razão, Benveniste defende o seguinte critério discriminador: “tudo que é de domínio semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 227). Para esse reconhecimento, o falante considera a língua como um sistema orgânico de signos, questão trazida por Benveniste em *Os níveis de análise linguística*. É orgânica, pois não pode ser concebida como um bloco pronto, ao invés disso possui uma natureza articulada em que suas unidades segmentáveis formam uma

organização complexa por meio de relações integrativas. Segundo Benveniste (1962/2005, p. 130), o *sentido* é “a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter um *status* linguístico”.

Se pensarmos o nível fonemático, por exemplo, percebemos que um fonema, enquanto *forma* obtida por dissociação nesse nível, só receberá o *status* linguístico de fonema se tiver sentido ao integrar um nível superior; por essa razão é possível afirmar que “uma unidade linguística só será recebida como tal se se puder identificar *em* uma unidade mais alta” (BENVENISTE, *op. cit.*, p 131). Enquanto a forma no semiótico está relacionada à dissociação de suas unidades em um mesmo nível, o sentido está relacionado à capacidade de integrar um nível superior.

O nível superior que os fonemas podem integrar é o dos morfemas, os quais também são unidades semióticas que adquirem sentido no processo de integrar um nível superior: o do *signo livre*. Neste ponto se dá uma consideração importante: uma das propostas deste trabalho é pensar a noção dos sufixos como elementos de determinado nível que integram outro superior para constituir sentido na palavra em emprego, carregando os valores culturais impressos no semiótico da língua. Se pensarmos no sufixo *-inho*, em *livrinho*, por exemplo, somente podemos inferir seu sentido e os valores culturais no seu emprego: se se trata de um livro pequeno, ou ainda de um livro que não tem importância, só se compreende no nível da *frase*. Por estarmos tratando da aquisição de língua materna, especificamente em língua portuguesa, vamos nos deter por um instante a fim de abordar um pouco as noções trazidas por estudiosos de língua portuguesa acerca do morfema que nos caberá analisar aqui: o sufixo *-inha*.

1.2.1.1 As unidades morfológicas em língua portuguesa

Como vimos anteriormente, Benveniste propõe ordenar e classificar os fenômenos da linguagem e seus métodos de análise a fim de “construir uma descrição coerente e organizada segundo os mesmos conceitos e os mesmos critérios” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 127). Para isso, introduz a ideia de *níveis* em razão da linguagem possuir natureza articulada, e seus elementos, caráter discreto. Segundo o autor, essas características permitem à língua arquitetar suas partes, resultando em um todo complexo, onde a própria forma pode adquirir novos sentidos a partir das operações de *segmentação* e de *substituição*, que relacionam os elementos linguísticos. Para a análise de um texto, portanto, é preciso segmentá-lo em porções cada vez

menores até seus elementos não-decomponíveis, e identificá-los através das relações de substituição que admite.

Neste domínio semiótico, portanto, a forma está relacionada às relações distributivas em cada nível e passíveis de segmentação; enquanto o sentido, à capacidade de cada unidade adquirir seu *status* linguístico integrando um nível superior. Sendo assim, um morfema adquire sentido por integrar o nível dos fonemas; e um fonema adquire sentido por integrar o dos morfemas. Neste nível, como já mencionamos, há dois tipos de formas: as que Benveniste denomina como *formas livres* e as *formas conjuntas*, que são os morfemas. São conjuntas, pois precisam integrar uma forma livre para produzir sentido no discurso. Neste trabalho, observaremos a atualização do morfema *-inha*; por ser um morfema de língua portuguesa, atentaremos ao que alguns estudiosos desta língua têm a dizer sobre esse sufixo.

Segundo Cunha & Cintra (2008), em português os morfemas se classificam em gramaticais e lexicais. Os morfemas lexicais são aqueles que têm significância *externa*, pois são referentes do mundo extralinguístico, são uma classe aberta, que não se pode limitar; enquanto os gramaticais têm significância *interna*, pois derivam das relações dos elementos da língua, e são de número limitado por pertencerem aos limites de organização da língua. Sendo assim, podemos considerar que os signos livres são morfemas lexicais, mas são formados por morfemas gramaticais: esses signos possuem um radical e a ele se agregam morfemas que indicam tanto flexão, quanto derivação. Os morfemas flexionais servem para marcar gênero e número dos nomes, e pessoa, número, tempo e modo dos verbos; os derivacionais modificam o sentido do radical, atribuindo a ele uma nova percepção. Essas duas funções dos morfemas, entretanto, muitas vezes são tratadas como se fossem a mesma coisa, entretanto Mattoso Câmara enfatiza: “na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase” (CÂMARA, 1992, p. 81). Desse modo, qualquer outro morfema que não indique marca de feminino ou plural é considerado um morfema derivacional. Para atendermos melhor ao nosso objetivo, enfocaremos as observações sobre os morfemas derivacionais no emprego dos sufixos.

A derivação sufixal forma nomes, verbos e advérbios a partir do acréscimo de um morfema ao final do radical. Certamente há muito o que tratar sobre todas elas, mas o que nos interessa agora é a derivação nominal. Os sufixos nominais são numerosos e comportam muitos empregos no discurso, mas há dois grupos que causam grande impacto: são os sufixos

aumentativos e diminutivos³. Essas duas sufixações, segundo Cunha e Cintra (2008), têm valor mais afetivo do que lógico, o que os tornam muito interessantes em nosso trabalho.

Alonso (1967, p. 163 apud ROCHA, 2008, p. 216) postula que o valor afetivo desse tipo de sufixação é transcendente à noção dimensional a partir da seguinte passagem:

Apesar de se adotar a denominação de diminutivo, esta é, de longe, a sua função menos frequente, tanto na língua escrita como na oral [...]. Quando o sentido central é realmente o de diminuição, costuma-se insistir na ideia de pequenez com outros recursos (*uma casinha pequena, uma coisinha de nada*, etc.). É raro, ainda que perfeitamente idiomático, atribuir exclusivamente ao diminutivo a ideia de tamanho reduzido.

Partindo desse pressuposto e de Rosa (1982, p. 20 apud ROCHA, 2008, p. 193), que concebe a derivação de grau como um “processo morfológico” que “revela necessariamente emotividade”, Rocha (2008, p. 216) conclui que “os chamados sufixos diminutivos e aumentativos são antes de tudo sufixos avaliativos”, que podem expressar uma relação afetiva entre os interlocutores, manifestar julgamento em relação a um referente ou mesmo indicar uma relação dimensional.

O que podemos depreender da reflexão de Cunha e Cintra (2008), que vincula os sentidos desses sufixos ao emprego e à relação entre interlocutores, e da classificação de Rocha (2008), de que o sentido desses sufixos avaliativos somente será compreendido na situação discursiva, é que, seguindo a teorização enunciativa, é na língua em emprego que semiótico e semântico se articulam para construir sentidos específicos, porque atualizam os rudimentos da cultura em que a criança está imersa. Considerando, então, que o signo se limita ao domínio semiótico da *significação*, e que também se apresenta na língua em uso: na *frase/discurso*, passaremos ao mundo da *frase/discurso*, ao domínio semântico.

1.2.2 Forma e sentido no semântico

³ Embora, como apontado nas gramáticas, esses sufixos não se configurem apenas em valores dimensionais, optamos também por utilizar esta nomenclatura. Ressaltamos, entretanto, que entendemos essas formas como *formas avaliativas*.

Além do domínio semiótico, Benveniste considera o domínio semântico, espaço da língua em ação, que tem como critério para existência das formas a *compreensão* em sua atualização de *frases/discursos*. Benveniste (1967/2006, p. 231) afirma que “ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras”, desse modo o *reconhecimento* de um signo não é suficiente, é preciso, além disso, *compreender* seu emprego em sua acepção semântica.

É no semântico que a *frase* se apresenta como expressão organizando a vida do homem e da sociedade, pois é através dela que nos comunicamos e nos integramos ao mundo. Se no semiótico um signo adquire valor por integrar um nível superior, o mesmo não acontece neste domínio, pois a frase, pertencendo ao discurso, não constitui uma classe de unidades com relações distintivas: ela não existe em número finito, não tem distribuição nem emprego; “é a própria vida da linguagem em ação” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 139).

Enquanto a unidade semiótica é o signo, a unidade semântica é a *palavra* na *frase/discurso*, e aqui se encontra uma questão importante para a compreensão do sentido no domínio semântico: enquanto o sentido da palavra é seu emprego na situação discursiva, o sentido da frase é sua ideia global, e não o sentido de cada palavra que a compõe. Por isso, Benveniste pontua que “o sentido da frase é de fato a *ideia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento das palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 230). Assim sendo, a forma no semântico é o agenciamento de palavras; o sentido, sua ideia global.

Como estamos pensando neste trabalho na presença de valores culturais na língua-discurso, considerando também que esta cultura se imprime em unidades menores, como as unidades mórficas, é importante ressaltar novamente que, enquanto unidade semiótica, um morfema só adquire sentido por integrar o nível dos signos livres, entretanto sua compreensão enquanto *palavra* só é assegurada na situação discursiva, pois, mesmo compreendida individualmente, cada frase é um acontecimento único, o que nos leva a concluir que, a cada circunstância, é possível que a palavra na frase adquira outro sentido em razão de seu agenciamento – fato que desenvolveremos mais adiante no trabalho. O que importa pontuarmos aqui é que a forma e o sentido em cada um dos domínios são relações interdependentes, e é nessa relação que a língua-discurso se constrói e nos permite retornar a um ponto primordial da

linguística enunciativa e para o estudo de aquisição da linguagem da criança: *antes de qualquer coisa, a linguagem significa*. (BENVENISTE, *op. cit.*, p. 222).

1.3 A CONVERSÃO DA LÍNGUA EM DISCURSO: O UNIVERSO DA ENUNCIÇÃO

Partindo das noções explicitadas anteriormente, retomaremos aqui alguns pontos importantes para pensarmos o universo da enunciação. Como vimos, segundo a teoria benvenistiana, não há relação direta entre homem e mundo, nem entre homem e homem, essa relação é intermediada por um aparato simbólico, concebido como *linguagem*. Essa linguagem se realiza por uma língua que, por sua vez, é inseparável da sociedade e, conseqüentemente, comporta os rudimentos de uma cultura. A cultura de uma sociedade é, para Benveniste, um fenômeno humano e inteiramente simbólico, que se manifesta através da língua, “o mecanismo de significação” (BENVENISTE, 1968/2006, p.24), por isso Silva e Flores (2015) afirmam: “é através da língua em emprego que o homem manifesta o simbolismo cultural” (SILVA; FLORES, 2015, p.143); são as noções deste emprego que trataremos nesta seção.

Para se enunciar a um outro, cada locutor apropria-se dessa língua organizada em unidades e articulada em níveis. Por isso, a *enunciação*, que é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82), dá existência ao discurso. No ato de enunciação, o locutor mobiliza a língua, colocando-a em ação em caracteres linguísticos que marcam essa relação singular entre homem-língua. Este processo enunciativo pode ser estudado em três aspectos: pelo aspecto vocal, pela *semantização* e pelo *quadro figurativo* da enunciação.

O primeiro aspecto que se pode enfocar pensando a enunciação é sua realização vocal. O ato de colocar em funcionamento a língua através de sons pertencentes a um idioma é sempre um ato singular, ou seja, ainda que emitido pelo mesmo locutor, os sons não são reproduzidos da mesma maneira devido a uma diversidade de situações nas quais a enunciação é produzida.

Deste modo, “a enunciação supõe a conversão *individual* da língua em discurso” (*op. cit.*, p. 83). Essa passagem da língua ao discurso por uma conversão individual põe em cheque a noção de *semantização* da língua, de “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (*op. cit.*). O agente desse processo é o locutor, por isso Benveniste defende que

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão a possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 83 – 84)

Pode-se, então, dizer que Benveniste considera na enunciação o ato enunciativo em si, a situação em que ele se realiza e seus instrumentos. Enquanto *ato* enunciativo, o autor trata a enunciação como um processo de *apropriação*, em que o *locutor* se apropria da língua para enunciar-se por índices específicos e procedimentos acessórios, implantando, nesse processo, um outro diante de si, postulando um *alocutário*, razão pela qual Benveniste afirma que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução” (BENVENISTE, *op. cit.*, p. 84). Essa apropriação da língua pelo locutor, entretanto, expressa uma relação com o mundo, vinculada à necessidade de *referir*, para o *locutor*, pelo discurso e de *co-referir*, para o *alocutário*. Para Benveniste, a presença do locutor no discurso constitui um centro de referência interno, que se manifesta “por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (*op. cit.*). Essa noção de referência, que é parte integrante da enunciação, será abordada mais propriamente no capítulo a seguir.

Quanto aos *instrumentos* de realização enunciativa, o autor aponta a emergência dos índices de pessoa *na* e *pela* enunciação (relação *eu-tu*, sendo *eu* o locutor, e *tu*, alocutário); os “índices de ostensão”, que se referem às formas costumeiramente chamadas de pronomes pessoais e demonstrativos (como *este* e *aqui*), que implicam um gesto concomitante à pronúncia dos termos; e as formas temporais, que se determinam em relação a *eu*, já que “da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo” (*op. cit.*, p. 85).

A noção de presente na teoria benvenistiana, então, diz respeito à realização do enunciado, o que condiz com a noção de *sujeito*. Se o homem só se constitui como sujeito no discurso e somente a partir disso constitui o outro e insere uma relação de alocução, o enunciado partirá deste momento singular “aqui-agora” para dar existência às formas que não estão nesta rede.

Além dessas formas, a enunciação também condiciona funções sintáticas, que Benveniste denomina ser um “aparelho de funções”, ou seja, um recurso do qual o enunciador faz uso para influenciar o comportamento do alocutário. Este aparelho consiste nas funções de

interrogação, intimação e asserção. A primeira é uma enunciação construída quando a finalidade é suscitar uma resposta do alocutário; a segunda, quando se denomina ordens ou apelos; e a terceira, quando se visa a comunicar uma certeza, em geral afirmando ou negando uma proposição por “sim” ou “não”. Desses três aparelhos derivam as formas lexicais, sintáticas, entonativas, verbais necessárias para realizá-las.

O que se coloca em cheque a partir dessas relações apresentadas por Benveniste é que “o que caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, *op. cit.*, p 87, grifo no original), que se denomina ser o *quadro figurativo* da enunciação. É este quadro que compõe a estrutura do diálogo, pois “coloca duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação” (*op. cit.*).

A faculdade de *simbolizar*, portanto, é a capacidade simbólica que relaciona o homem e o mundo, ou seja, é por intermédio da linguagem que é possível nos comunicarmos e estabelecermos a sociedade. A linguagem na teoria benvenistiana realiza-se numa língua, particular e específica, que, posta em ação pelo homem, vivifica-se na enunciação, permitindo a comunicação entre os homens e manifestando a cultura que lhe é intrínseca.

Deslocando esses conceitos à aquisição da linguagem pela criança, que nasce na sociedade dos homens, em uma sociedade específica, que possui uma língua específica, percebemos que, ao mesmo tempo em que a criança apreende sua língua, é introduzida pouco a pouco na sociedade, também apreendendo, no seu meio social, a cultura inerente e seus valores por meio da língua atualizada em discurso. Como apontamos anteriormente, os valores culturais da sociedade e a consciência de seu meio são intermediados pela linguagem e constituídos pela língua como unidades de forma e de sentido. Para Benveniste, os valores culturais são impressos na língua-discurso, sendo assim, “toda criança aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 22). Considerando, portanto, que a língua é a manifestação da linguagem, podemos dizer que é através da língua que a cultura da sociedade é apreendida pelo indivíduo e que comparece cada vez que é convertida em discurso por meio da enunciação, o que não é diferente no ato de aquisição da linguagem.

A figura a seguir ilustra as noções desenvolvidas neste capítulo que nos acompanharão ao longo deste estudo.

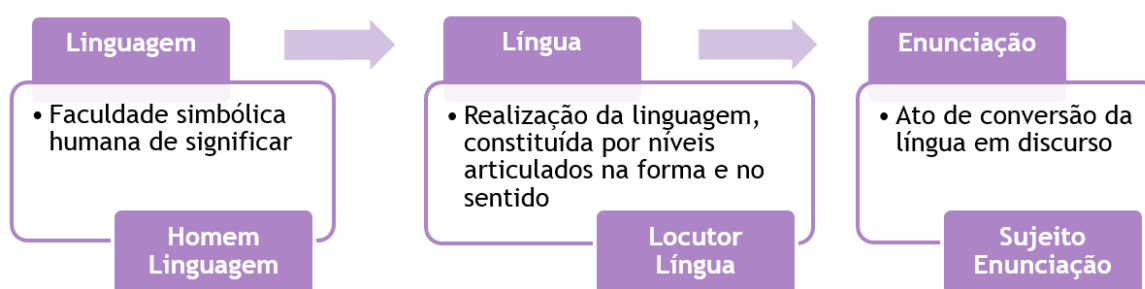


Figura 1 – Sistematização dos conceitos de Linguagem, Língua e Enunciação presentes ao longo do trabalho

Delineadas as noções enunciativas que alicerçam nosso estudo, no capítulo seguinte, constituímos uma reflexão a partir de uma abordagem enunciativa de aquisição da linguagem.

2 ENUNCIÇÃO E AQUISIÇÃO

O iniciar-se na linguagem pela criança é tido como um mistério desde sempre. Diversos campos da ciência buscam, a partir de seus conhecimentos, responder a esse questionamento, bem como há diversas perspectivas envolvidas em cada um deles. Segundo Perroni (1996), a aquisição da linguagem é uma criação bípode da Psicologia e da Linguística e sua interdisciplinaridade é a razão pela qual não há um consenso metodológico nesse tipo de estudo, entretanto essa mesma falta de unicidade contribui para criar tensões e discussões que, reconhecidas e trabalhadas, podem promover o progresso desta instigante área.

Embora os estudos em aquisição tenham se desenvolvido a partir de diferentes perspectivas teóricas, neste estudo assumimos a teoria enunciativa de Émile Benveniste a exemplo de Silva (2009a), que concebe a aquisição como um processo “individual, particular e único de relação de um sujeito com sua língua materna e com o outro” (SILVA, *op. cit.*); é por concordarmos que a criança se instaura em sua língua materna e em sua cultura através de relações enunciativas com o outro que assumimos aqui esta concepção enunciativa no campo de aquisição.

Este trabalho, portanto, vincula-se ao trabalho de Silva (2009a), buscando olhar a aquisição da linguagem a partir da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste. Neste capítulo, trataremos primeiramente noções da teoria benvenistiana que servirão como base para seu deslocamento ao campo de aquisição da linguagem. Em um segundo momento, enfocaremos as noções de referência e intersubjetividade no discurso da criança, centrando, após isso, nossa reflexão no modo como a criança passa a constituir as referências em sua enunciação.

2.1 REFERÊNCIA E INTERSUBJETIVIDADE

As noções de referência e de intersubjetividade na teoria enunciativa de Émile Benveniste estão intimamente atreladas à situação discursiva. Como apontamos no primeiro capítulo, cada ato enunciativo é um momento único, em que um locutor se constitui na realidade discursiva como *eu* e se refere ao próprio discurso, desse modo o autor considera que a constituição do homem como *sujeito* se dá unicamente através da linguagem. É essa reflexão

que permite tratar a *subjetividade* como “a capacidade do locutor se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 286), quando converte a língua em discurso.

Um dos aspectos da subjetividade vincula-se à condição de pessoa. Há um ponto importante, para Benveniste, na condição do *status* linguístico de pessoa, que é da ordem do diálogo, pois “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a um *tu*” (*op. cit.*), e da reciprocidade. Desse modo, na enunciação, *eu* e *tu* são termos interdependentes: *eu* se constitui no discurso a um *tu* que, no diálogo, também se constitui como *sujeito*, como *eu*, ao que o teórico aponta ser a condição fundamental na linguagem. É nesse movimento, portanto, que a *intersubjetividade* emerge como constitutiva unicamente da língua em ação, pois *eu-tu* são formas linguísticas que indicam pessoa e que só podem ser identificadas na instância do discurso, não denominando nenhuma entidade lexical. A comunicação intersubjetiva, portanto, é intermediada pela linguagem, que possui “signos vazios” atualizados a cada situação enunciativa, constituindo uma referência interna ao discurso.

Em suma, porque o homem só se constitui como *eu* no discurso e, apenas assim, constitui, diante de si, um *tu*, que também pode se instaurar no discurso como *eu*, criando uma relação dialógica e intersubjetiva, e porque essas formas se referem unicamente a uma determinada instância discursiva, podemos considerar que cada ato enunciativo é um evento único e irrepetível. Isso tudo nos leva a concordar que é somente por meio da linguagem que se constitui a comunicação intersubjetiva, entretanto ainda nos falta tratar de um ponto importante sobre ela:

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a linguagem é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso o acontecimento produzido. (BENVENISTE, 1968/2006, p. 26)

A apreensão do discurso por *eu-tu* é assegurada porque locutor e alocutário dividem um mesmo repertório linguístico, ou seja, uma mesma língua. Essa língua, então, transcende a instância do discurso não lhe sendo jamais reflexiva, mas, ao contrário, remetendo a uma situação objetiva; deste modo tem-se uma relação de pessoas *eu/tu* no discurso, que expressam sua relação com o mundo pela enunciação, referindo-se, portanto, a uma não-pessoa, que Benveniste intitula *ele*. Retomamos, por isso, a passagem indicada no capítulo anterior:

Na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir [...]. **A referência é parte integrante da enunciação.** (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 84, grifo nosso)

Esse outro aspecto da enunciação remete-nos à operação de referência, pois, nessa operação as pessoas do discurso, *eu-tu*, referem-se à não-pessoa, *ele*, que remete às formas da língua que estão fora da alocação, mas que adquirem sentido por fazerem parte de um discurso enunciado por um *eu*, sendo, como diz Benveniste, parte integrante da enunciação. Ou seja, por ser trazido ao discurso por um *sujeito* e direcionado a um *tu*, essa referência traz consigo marcas de subjetividade na conversão da língua em discurso, o que colabora ainda mais para as questões de singularidade e unicidade da enunciação.

Neste capítulo estamos nos propondo a pensar o deslocamento da teoria enunciativa de Émile Benveniste a uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem pela criança, assim, já se pode dizer que consideramos que a aquisição também possui um caráter singular e único. Deste modo, a operação de referência, que comporta os movimentos de inversibilidade entre as pessoas do discurso a partir da referência à não-pessoa, que se presentifica e adquire sentido no discurso, também se encontra no ato de aquisição da linguagem pela criança, pontos que abordaremos a seguir.

2.2 REFERÊNCIA E INTERSUBJETIVIDADE NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Como sabemos, Benveniste não é um estudioso em aquisição da linguagem. Conforme apontado por Flores (2013), o ponto central da teoria benvenistiana é a “possibilidade de que o homem se marque na língua e, por esse ato, se singularize, se torne um sujeito” (FLORES, 2013, p. 43), entretanto, ao refletir sobre as relações entre linguagem, cultura e sociedade, o autor tematizou este campo:

A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre que ela própria tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do

meio social onde está mergulhada e que moldará pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem. (BENVENISTE, 1963/2005, p. 31)

Para Benveniste, portanto, a criança nasce no mundo dos homens, e para apropriar-se desse mundo apreende seu sistema linguístico e sua cultura. Ainda em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, o autor considera a *cultura* como um conjunto de valores referentes ao meio humano e inerentes à sociedade, assimilados através da língua, desse modo afirma que, ao apreender a língua de uma sociedade, a criança também apreende seus rudimentos culturais.

Considerando que os estudos de Benveniste enfocam a língua em ação a partir da constituição do locutor como sujeito e da intersubjetividade que se desdobra dessa constituição, uma vez que “eu não emprego um *eu* a não ser dirigindo-me a alguém que será na minha alocução um *tu*” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 286), Silva (2009a) permitiu-se um olhar enunciativo para a aquisição da linguagem pela criança a partir da sua constituição como sujeito na linguagem, pois, para a autora, “a apropriação da linguagem pela criança ocorre, sobretudo, pela relação com o ‘outro’, lugar em que é constituída pela estrutura linguística e se constitui como sujeito” (SILVA, 2009b, p. 33). Deslocando a noção de enunciação como ato individual de apropriação da língua, a autora concebe a aquisição da linguagem como um ato pelo qual cada criança se instaura de modo singular em sua língua materna. Esse ato, como o de enunciação, prevê locutor (*eu*), alocutário (*tu*) e referência (*ele*). Como constitutiva dessas relações enunciativas em que cada criança se funda como sujeito em relação a outro ao referir em seu discurso, está a instância de cultura, que Silva denomina *ELE*. Para tratar do ato de aquisição de linguagem, esses elementos permitiram a constituição de um dispositivo enunciativo definido como (*eu-tu/ele*)-*ELE* – em que (*eu-tu*) são as figuras intersubjetivas da enunciação; (*ele*), as referências atualizadas no discurso pela língua; e *ELE* o sistema cultural.

Nessa concepção, Silva considera ser “o diálogo a instância de discurso em que a criança se apresenta como *eu* e define, ao mesmo tempo, o outro como *tu*, constituindo, nesse espaço, referências para um mundo já construído” (SILVA, 2009b, p. 35); é nesse espaço intersubjetivo que a criança passa a adquirir sua língua materna, pois “se reconhece e se inclui no simbólico da língua, através do discurso do outro com todas as suas nomeações, colocando em jogo a sua dependência a um outro” (SILVA, 2009a, p. 183).

Essa dependência se dá por uma conjunção *eu-tu*, em que os discursos da criança e do outro se relacionam de maneira a dar à criança um lugar enunciativo, mas também de ancorar

seu discurso no discurso do outro. Em oposição a esta dependência está a autonomia da criança, quando, da ausência do outro, se instaura uma disjunção *eu/tu*. Nas palavras de Silva

É pela ausência do *tu*, como outro que fala à criança na eternidade do presente, que a criança pode experienciar, no espaço da “falta”, o prazer de estar presente falando, mesmo que sua fala seja enigmática em relação à língua e requeira o outro como lugar de sentido. (SILVA, 2009a, p. 183, grifos no original)

A atribuição de sentido pelo outro à fala da criança instaura uma atenção à referência, ao *ele*, no discurso. Por isso, no tópico a seguir, trataremos do sistema de referências colocando em questão a língua e o uso da língua.

2.3 DA REFERÊNCIA MOSTRADA À REFERÊNCIA CONSTITUÍDA NO DISCURSO DA CRIANÇA

No dispositivo enunciativo (*eu-tu*)/*ele*, como já tratamos, há a distinção de pessoa/não-pessoa, e a referência (*ele*) nas enunciações de *eu* e *tu*. Segundo Silva (2009a), quando a criança passa a constituir discurso, em que a situação de enunciação lhe é interna, ela “estabelece a relação mundo-discurso e marca sua entrada no simbólico da língua” (SILVA, 2009a, p. 234). A criança passa de uma dependência da situação de enunciação para um discurso que constitui a situação de enunciação.

Por isso, Silva (2009a) pontua o mecanismo enunciativo vinculado à operação de referência no ato de aquisição da linguagem apresenta a seguinte lógica:

a criança enuncia X, em que X, é a) remetido à situação de enunciação, responsável pela atribuição de referência; b) formado por unidades relacionadas entre si; c) constituído por operações de constituição e integração dessas unidades e d) constituído por ajustes de *sentido* e de *forma* das referências produzidas na enunciação. (SILVA, 2009a, p. 245)

O processo de semantização da língua, que está em jogo aqui, “é o processo pelo qual a criança atribui referência e sintagmatiza formas no discurso” (*op. cit.*), evidenciando a língua

e seu uso ao fazer a passagem de uma *referência mostrada*, que se ancora na situação de enunciação, para uma *referência constituída na língua-discurso*. Parece-nos que aqui a criança novamente opera o movimento de *conjunção-disjunção*, pois sai de uma referência em que está “dependente” (aspecto da conjunção) da situação de enunciação para uma autonomia (aspecto da disjunção) em que o discurso produz referência.

A partir dessa lógica, segundo Silva (2009a), as operações enunciativas que fazem parte deste mecanismo se caracterizam por: a) pertencerem à língua-discurso; b) estabelecerem um estudo em que não se admite uma separação estanque em níveis (morfológicos, sintáticos e semânticos), mas que toma as unidades em relação com outras de mesmo nível ou não; c) mostrarem a interdependência da atribuição de referência na enunciação e da intersubjetividade, uma vez que enunciar é sempre co-enunciar, e referir é sempre co-referir; e d) evidenciarem uma operação reflexiva sobre a língua pela co-enunciação.

Essas características nos levam a concluir que a intersubjetividade e a atribuição de referência são inseparáveis, pois o espaço da intersubjetividade permite à criança *estar na linguagem*, referindo e co-referindo no discurso.

Esta operação de referência, na estrutura da enunciação pela criança, coloca em relevo o *ele*, a não-pessoa como necessária para a constituição das pessoas do discurso. Neste processo em que há a passagem de uma *referência mostrada* a uma *referência constituída na língua-discurso*, a criança depara-se com a organização de sua língua materna.

Como vimos no capítulo anterior, as noções de *forma* e de *sentido* para Benveniste são constituídas no domínio semiótico e no domínio semântico; domínios esses que são responsáveis pela presença da criança na linguagem. Em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste postula que não há estágio intermediário na língua, entretanto, no processo de aquisição da linguagem, a criança enuncia formas que não são reconhecidas pelo outro como pertencentes à língua, ou seja, ao domínio semiótico, mas que produzem sentido no discurso. Considerando que, para Benveniste, “somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 229), podemos pensar o processo de aquisição da linguagem. Para o autor, o sentido da frase é a ideia que ela exprime e o da palavra é o seu emprego; no domínio semântico, portanto, o que está em jogo é a totalidade da ideia percebida por uma compreensão global, derivada da escolha de formas e da ação de umas sobre outras em uma situação de discurso.

O entendimento das formas enunciadas pela criança se dá porque elas *comunicam* sentido, pois estão em um contexto enunciativo. Sua referência é compreendida a partir do sentido da frase, que está sempre relacionada “a um conjunto cada vez único de circunstâncias” (*op. cit.*, p. 230); desse modo não há como prever ou fixar a maneira como a criança atualizará a forma no seu discurso, mas essa imprevisibilidade não impede a comunicação intersubjetiva. Se no universo semiótico a entidade precisa ser reconhecida, no universo semântico precisa ser compreendida por meio da ação de formas umas sobre as outras para a produção de um sentido global. É exatamente por ser compreendida no discurso que o locutário-adulto ressignifica o *sentido* da *forma enunciativa* do locutor-criança em uma *forma da língua*, ou seja, “nesse vai-e-vem de formas e de sentidos, a criança, pela língua-discurso, constrói uma semântica particular, produzindo estruturas no uso, que se convertem em formas da língua na relação enunciativa constituída por *eu* e por *tu*” (SILVA, 2009a, p. 247).

Como estamos fazendo intervir aqui o domínio semântico, da língua em emprego e em ação, e considerando que o *sentido* desse domínio é a ideia global de uma frase, precisamos também considerar sua *forma*, que, para Benveniste, consiste na sintagmatização do enunciado. Nesse sentido, as noções de *dissociação* e de *integração* se fazem importantes na passagem das *referências mostradas* às *referências constituídas na língua-discurso*, que também se ancoram no domínio semiótico. Neste domínio, a *forma* de uma unidade se dá pela sua *dissociação* em unidades de nível inferior, enquanto seu *sentido* se pauta na capacidade de *integrar* um nível superior. Segundo Silva (2009a), é por apreender essa dupla relação na língua que a criança engendra formas que produzem referência no discurso, fazendo uso de unidades que, embora não sejam reconhecidas como formas do semiótico (mundo dos signos), adquirem sentido por integrarem um contexto discursivo, pois “é pelo sentido e pela referência que a frase se torna analisável para o locutor, permitindo-lhe apreender o signo a partir do sentido constituído pelo emprego da palavra na frase” (*op. cit.*, p. 247). Pensamos que a interdependência do semiótico e do semântico seja o que possibilite a compreensão pelo outro das formas enunciativas da criança.

As reflexões abordadas neste capítulo, nos permitem concluir, a partir de Benveniste (1964/2005, p. 140), que “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura”. A instauração da criança na linguagem, portanto, se dá a partir de sua faculdade simbólica, base da significação, o que a leva a sentir o modo como é significada e a atribuir sentido. A significação atualiza-se no sentido das formas do semiótico, constituída por níveis e unidades articulados, e no sentido das formas agenciadas quando postas em ação no discurso.

Quando a língua é convertida em discurso, por a criança *estar* na linguagem, ela passa a realizar operações de referência que lhe permitem a entrada no semiótico. Nessa passagem de *formas enunciativas* a *formas da língua*, onde as relações de *forma* e de *sentido* adquirem um papel primordial no fio discursivo, as unidades linguísticas são postas em cena a partir das relações de *dissociação* e de *integração*, uma vez que, para que as formas enunciativas tenham sentido no discurso, além de estarem agenciadas em uma frase, precisam ser realizadas em unidades semióticas; desse modo, ainda que não sejam *reconhecidas* no domínio semiótico, podem ser *compreendidas* no discurso.

Assim, os primeiros questionamentos que procuraremos responder, nas análises, envolvem as seguintes indagações: 1) *Como a criança e o outro constituem sentidos no fio discursivo para dar existência, na enunciação, às formas enunciativas não reconhecidas pelo seu interlocutor como pertencentes ao semiótico?* 2) *Como os valores culturais, impregnados na língua-discurso, têm papel na compreensão das formas enunciativas na língua-discurso?*

Além desses questionamentos, como vimos no início do item 2.3, uma das características de análise do mecanismo de referência é rejeitar a separação entre níveis estanques, como os níveis fonológicos e morfológicos, entretanto o que propomos aqui é um estudo enunciativo que dê vistas às relações culturais que permeiam o sufixo *-inha*, mas concebendo essa forma como constituída por unidades de nível inferior e como integrante de unidades de níveis mais altos, o que lhe confere o estatuto de unidade linguística por constituir sentido na palavra e na frase. Assim, este estudo só é possível uma vez que a sufixação integra um nível superior, o do signo livre que, por sua vez, integra o discurso. Desse modo, o outro questionamento que procuraremos responder na análise envolve a seguinte indagação: *Como os valores culturais impressos em formas morfológicas da língua, caso do sufixo, constituem sentido ao integrarem frases/discursos criança-outro em suas enunciações?*

Nosso próximo passo, nessa perspectiva, será adentrar na constituição de um dispositivo metodológico que cumpra com nossos objetivos de análise.

3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Nosso objetivo neste ponto do trabalho é o de contextualizar o leitor acerca dos fatos de linguagem e das análises que serão desenvolvidas no próximo capítulo advindas das decisões de pesquisa. Adiantamos desde já que ilustraremos nossa reflexão com fatos de linguagem de estudos anteriores que foram obtidos a partir de situações de fala de crianças em aquisição de língua materna, previamente selecionados para serem analisados a partir do diálogo entre a teoria enunciativa de Émile Benveniste e seu deslocamento para um estudo enunciativo em aquisição da linguagem proposto por Silva (2009a, 2009b), com vistas à questão cultural que se insere na língua-discurso em todos os seus níveis. Para tanto, em 3.1 exploraremos a noção de *fato enunciativo*, que será utilizada neste estudo, e como se constituiu o *corpus* a ser analisado; e em 3.2 enfocaremos o procedimento de análise a partir das perguntas norteadoras da pesquisa.

3.1 DOS FATOS ENUNCIATIVOS

Benveniste, em *Os níveis de análise linguística*, postula que

Quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato linguístico, e [...] ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal. (BENVENISTE, 1964/2005, p. 127, grifo no original)

Pensando em uma perspectiva enunciativa, temos a enunciação como uma realização singular e efêmera, por isso podemos dizer que a análise um dado de fala não é possível, uma vez o dado bruto não é recuperável. O que se pode analisar passa a ser um recorte operado pelo analista enunciativo da comunicação intersubjetiva constituída via discursos transcritos da criança e do outro. A análise neste trabalho, portanto, é constituída por *fatos enunciativos de linguagem*.

O *corpus* que será analisado neste estudo é formado por quatro fatos enunciativos, coletados e transcritos por Silva (2009a). Esses fatos são constituídos a partir de situações de fala de uma criança, acompanhada longitudinalmente dos 11 meses aos 3 anos e 4 meses de

idade, que foram primeiramente filmados, durante a interação da criança com pessoas de seu meio familiar, e após, transcritos para análise. Há, entretanto, neste trabalho da autora, apenas um fato de outra criança, o qual será utilizado aqui, que foi, na verdade, relatado por sua mãe.

A seleção dos fatos enunciativos realizou-se a partir de leituras feitas durante os anos de pesquisa em aquisição da linguagem, levando em consideração formas enunciativas que revelassem modos singulares de a criança operar com a *dissociação* e a *integração* de formas e o uso do morfema *-inha*, que nos chamou a atenção por ganhar saliência no ato de aquisição de FRA. Esses elementos, impregnados de valores culturais, levaram-nos a refletir sobre a relação entre a instância individual e social no ato de aquisição de linguagem em uma abordagem enunciativa. Portanto, considerando que a enunciação possui um caráter individual e específico, também é interessante investigar como cada criança tem sua própria maneira de se inserir na linguagem e na sociedade dos homens.

3.2 DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os fatos enunciativos que analisaremos a seguir estão divididos em duas partes: uma que comporta a entrada da criança na língua, outra, as relações de *forma* e de *sentido* no discurso da criança; cada uma das seções comporta dois fatos enunciativos. Na tabela a seguir, trazemos algumas convenções da transcrição que são importantes para a análise e leitura dos dados.

Episódio	Locutor-criança seguido de sua idade no momento da fala (anos; meses; dias)
Participantes	Registro de quem está interagindo com a criança no momento
Situação	Breve comentário contextualizando a situação enunciativa
Com	Comentários sobre a situação enunciativa
[=]	Eventos não-verbais e breves explicações
(...)	Trechos desconsiderados
[?]	Dúvida de transcrição
XXX	Frase não compreendida pelo transcritor
@ @ @	Pausas longas
MAIÚSCULAS	Tom de voz elevado

Negrito	Trechos do discurso que serão referidos na análise
----------------	----------------------------------------------------

Tabela 1 – Convenções utilizadas na transcrição dos fatos enunciativos

Para nortear nosso trabalho, elaboramos algumas perguntas centrais que permearão este processo de análise. Considerando que, se a cultura está impressa na língua, conforme Benveniste, ela se manifesta no discurso em todas as unidades nele atualizadas – inclusive naquelas de níveis inferiores ao da frase, como os morfemas – levantamos as seguintes questões:

1. Como a criança e o outro constituem sentidos no fio discursivo para dar existência, na enunciação, às formas não reconhecidas pelo outro como pertencentes à língua?

Considerando a entrada da criança na língua, buscamos responder:

2. Como a criança e o outro constituem sentidos no fio discursivo para dar existência, na enunciação, às formas não pertencentes ao semiótico?

No que tange à reflexão sobre os valores culturais impressos em unidades de língua que pertencem a níveis inferiores ao da frase, questionamos:

3. De que modo a criança imprime em seu discurso a cultura compartilhada com o outro em unidades pertencentes a níveis inferiores ao da *frase*, como o nível morfológico?

Os questionamentos acima propostos nortearão a análise que faremos no capítulo seguinte. Nossa atenção agora se volta a respondê-las, na observação dos fatos enunciativos que ilustrarão as reflexões desenvolvidas, a partir do deslocamento entre o campo do estudo enunciativo benvenistiano e o campo de aquisição da linguagem.

4 A CRIANÇA NA LÍNGUA-DISCURSO

Considerando as reflexões anteriores sobre as noções de linguagem, língua e enunciação e considerando que a instância discursiva (a qual contempla as pessoas do discurso, *eu-tu*, em referência à não-pessoa, ele) é permeada por valores culturais inerentes de cada sociedade e, portanto, inseridos na língua-discurso, estando presentes também no processo de aquisição da linguagem, passaremos à análise dos recortes enunciativos.

Nossa análise está organizada em dois recortes enunciativos que contêm dois fatos enunciativos cada. Sendo assim, o *recorte enunciativo A* é constituído pelos fatos enunciativos A1 e A2, e o *recorte enunciativo B*, por fatos enunciativos B1 e B2. Essa diferenciação diz respeito ao foco de análise das formas. Para iniciar nosso processo de análise, no recorte enunciativo A, buscamos refletir sobre a entrada da criança na língua a partir das formas enunciativas. A partir disso, passaremos ao recorte enunciativo B, que comportam as relações culturais em unidades morfológicas, visando às relações de forma e sentido e a maneira como os valores culturais se inserem nessas formas.

4.1 A ENTRADA DA CRIANÇA NA LÍNGUA: O PAPEL DAS FORMAS ENUNCIATIVAS

Em *A forma e o sentido na linguagem*, Émile Benveniste afirma: “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. **Não há estágio intermediário**, ou está na língua, ou está fora da língua” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 227, grifo nosso). Pensando sobre a aquisição da linguagem, a negação de um estágio intermediário suscita questionamentos, pois a criança, em seu processo de apropriação da língua, enuncia formas que são reconhecidas pelo outro como não-pertencentes à língua, mas que são compreendidas no discurso – essas formas não seriam, então, intermediárias às formas de língua por estarem constituindo um movimento de apropriação do semiótico pela criança? Para ilustrarmos este questionamento e reflexão, observemos o seguinte recorte:

Recorte Enunciativo A

Fato Enunciativo A1

- Episódio: Francisca (1;6.12)
 Participantes: CLA (babá); AVÓ; CAR (tia, filmando)
 Situação: FRA está na casa da AVÓ. Inicialmente está brincando com livros, tirando-os da estante. Após toma chá, conversa com a AVÓ sobre fotos e deita-se. Depois vai para a garagem.
- Com: FRA abaixa-se para pegar algo que está no piso da cozinha.
 AVÓ: XXX <ah tem umas coisa de cera que eu larguei no chão> [?] tá fechadu
 Com: FRA sai para a garagem com dois recipientes de cera na mão.
 FRA: **gadu @ ah [=gemendo]**
 AVÓ: dá pra vovó aqui dá pra vovó tá pesadu
 FRA: não
 (...)
 FRA: **ãi ui ui @ gadu [=carrega os recipientes e geme]**
 AVÓ: pesadu ui ui [=repetindo o dizer de FRA]
 (...)
 FRA: **sadu XXX gadu [=voltando para a garagem com os recipientes na mão] XXX gadu GADU XXX GADU [=entrando na garagem]**
 AVÓ: tá pesadu?
 FRA: **XXX gadu**

Fato Enunciativo A2

- Episódio: Francisca (2;00;05)
 Participantes: AVÓ; CLA (babá); CAR (tia, filmando)
 Situação: FRA está na casa da AVÓ. No início, está na garagem com o gato, deitada na porta sobre um tapete. Após senta no piso da garagem, rodeada de brinquedos.
- Com: FRA olha para o gato que continua a dormir sobre o tapete. Depois, olha para a boneca que deslizou para o chão, puxando-a para sentar.
 FRA: caiu
 CAR: caiu, o nenê tá preguiçoso né?
 FRA: ãh?
 CAR: o nenê só qué dormi
 FRA: é
 CAR: essi nenê!
 Com: FRA pega a boneca no colo.
 FRA: **soso, ai guisoso**
 CAR: é preguiçoso? [=risos]
 FRA: **guisoso**
 CAR: porque ele é preguiçoso?
 FRA: **XXXai qué cól**
 CAR: hum? Qué cólu? [=risos]
 FRA: é

Para transpor a relação de existência de formas e dimensões de significação para o processo de aquisição da linguagem, a fim de explicar os usos de formas como *sosu*, *guisosu*, *gadu* e *sadu*, retomaremos as noções de signo e discurso.

Como vimos no primeiro capítulo, para Benveniste (1967/2006), existe a língua como domínio semiótico e a língua como domínio semântico; ambos são considerados na forma e no sentido. O domínio semiótico ocupa-se da língua enquanto relação de signos, o que se pode identificar no interior e no uso da língua. Um signo, neste domínio, tem como critério o reconhecimento por aqueles que manuseiam a língua. Por esta razão, o linguista defende o seguinte princípio discriminador: “tudo que é de domínio semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 227). Nessa perspectiva compreende-se a não existência de um estágio intermediário. No entanto Benveniste não fica somente no mundo do semiótico, pois se interessa pela língua enquanto expressão do domínio semântico. Esse domínio centra-se na língua em ação, expressa por meio da palavra, da frase, do discurso. O sentido da frase e do discurso implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor. Assim, cada um dos domínios tem distinta função: no domínio semiótico, significar no interior da língua; no domínio semântico, comunicar no discurso.

Para compreender de onde vem o critério discriminador para a existência de *sosu*, *guisosu* e *gadu*, *sadu*, é preciso fazer intervir na nossa reflexão, principalmente, a noção de domínio semântico, que é o da língua em emprego e em ação. Benveniste diz que “somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo” (*op. cit.*, p. 229), é nessa perspectiva que podemos pensar o processo de aquisição da linguagem. Para o autor, o sentido da frase é a ideia que ela exprime e o da palavra é o seu emprego. Considerando que, nesse domínio, está em jogo a totalidade da ideia percebida por uma compreensão global, derivada da escolha de formas e da ação de umas sobre outras em uma situação de discurso, pensamos ser possível explicar as formas “*sosu*”, “*guisosu*”, “*gadu*” e “*sadu*”.

O entendimento das formas enunciadas pela criança se dá porque elas comunicam sentido, pois estão em um contexto enunciativo. Sua referência é compreendida a partir do sentido da frase, que está sempre relacionada “a um conjunto cada vez único de circunstâncias” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 230); desse modo não há como prever ou fixar a maneira como a criança atualizará a forma no seu discurso, mas essa imprevisibilidade não impede sua comunicação intersubjetiva. Se no universo semiótico a entidade precisa ser reconhecida, no

universo semântico precisa ser compreendida por meio da ação de formas umas sobre as outras para a produção de um sentido global.

Pode-se, portanto, concluir que a produção de sentidos atribuída às formas enunciativas atualizadas pela criança em sua apropriação da língua é apreendida em uma compreensão global, e não depende desta forma estar ou não estar na língua para ter existência. A entrada da criança no semiótico acontece porque suas formas enunciativas, ainda que possam ser intermediárias em relação às formas de língua, são compreendidas no discurso, entretanto essa compreensão está também na dependência dos valores culturais impressos nas formas atualizadas no discurso da criança e do outro.

No texto *Estruturalismo e Linguística*, Benveniste diz que a criança nasce em uma comunidade linguística e sua apreensão da língua acontece na cultura, pois o que ela apreende “não é o exercício de uma faculdade ‘natural’, é o mundo do homem. A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 21). É a partir dessa consideração que a criança se constitui na dupla natureza paradoxal da língua: individual e social. Isso porque cada falante se determina como sujeito com respeito a outro ou a outros.

Em sendo a língua produzida e recebida por valores partilhados pelos membros de uma comunidade, segundo Benveniste, isso só se assegura por estar investida de propriedades semânticas. Esses valores, por sua vez, instauram o que o autor chama de *semantismo social*, que possibilita a atribuição de sentidos no fio discursivo pela criança e pelo outro para darem existência, na enunciação, às formas que não pertencem à língua. Esses valores, impressos na língua-discurso, são o que possibilita ao outro a compreensão das formas enunciativas realizadas pela criança.

O exercício da faculdade simbólica da linguagem, nesse viés, é permeado pelos valores culturais e sociais inseridos na língua e atualizados no discurso, o que mostra a relação entre os domínios semiótico e semântico na enunciação. Os gemidos de Francisca, por exemplo, juntamente às formas *gadu*, *sadu*, permitem sua compreensão no discurso; as formas *sosu* e *guisosu* também passam a produzir sentido no momento em que se combinam a outras formas que expressam essa ideia global: “o nenê só quer dormir, quer colo”. A partir da leitura dos fatos, é possível perceber que, embora a criança não tenha domínio das formas do semiótico previstas na língua, seu uso está impregnado dos valores culturais de seu universo. As formas *sadu*, *gadu* são enunciadas com gemidos (*ãi ui ui*), que indicam sensação de cansaço, de esforço

que se faz quando se carrega algo que é pesado: esse movimento permite que o sentido desse emprego seja compreendido pelo outro, que se vale das formas linguísticas do domínio semiótico (*pesadu*). De modo semelhante, a compreensão das formas enunciativas *sosu*, *guisosu* adquirem sentido no discurso mediante a atualização de novas formas: o nenê é preguiçoso porque só quer dormir, como enfatiza CAR, mas para a criança essa relação vai ainda além: se o nenê quer dormir, ele quer colo. Vemos, nos recortes, a passagem da referência mostrada à referência constituída na língua-discurso, pois a criança ancora, principalmente, suas formas na situação de enunciação assim como a compreensão do outro sobre o seu discurso está nessa dependência (o “recipiente” e a “boneca” estão no contexto de enunciação). No entanto, quando CAR interroga “porque ele é preguiçoso?” para suscitar a resposta de FRA, ela responde: “ai qué cól”. Aqui vemos a criança e o outro produzindo sentido às formas ancorados somente no fio do discurso pelo movimento de integração pergunta-resposta. Pode-se depreender dessa relação, portanto, que a cultura compartilhada se imprime na língua-discurso e é um dos fatores que asseguram a compreensão das formas enunciativas, realizadas pela criança ao outro.

As reflexões trazidas por Benveniste, acerca da existência das formas da língua, possibilitaram concluir que a enunciação carrega valores culturais que possibilitam à criança realizar uma passagem de formas enunciativas, que produzem sentido no discurso, ou seja, no domínio semântico, a formas da língua, que têm sentido enquanto signo, no domínio semiótico. Desse modo é possível dizer que o *semantismo social* é um elemento de grande importância para essa passagem: o contexto discursivo é constituído através da língua que, por sua vez, também possui os valores culturais impressos em seu uso. Sem que haja esse compartilhamento de valores, o fio discursivo não pode ser garantido, e por isso é possível considerar sua importância na aquisição, visto a criança singularizar-se no seu discurso a partir da natureza social da linguagem.

O *semantismo social* que permeia o fato enunciativo A2 evoca os valores culturais referentes à preguiça de uma criança que, nessa condição, quer colo, quer dormir. Essa relação se depreende nas falas tanto da criança quanto do adulto. Já no fato enunciativo A1, os valores culturais de “pesado” são evocados, além do dizer “tá pesadu” da avó, por outros elementos como o fato de FRA carregar um recipiente de cera e de emitir gemidos *ãi ui ui*. Por isso nos perguntamos: os valores culturais que estão na língua-discurso não podem estar impressos também em unidades de níveis inferiores ao da *frase*? É este fato que buscamos responder no subcapítulo a seguir.

4.2 FORMA E SENTIDO NO DISCURSO DA CRIANÇA

O segundo recorte enunciativo que trazemos aqui, retoma as noções de forma e sentido para refletir sobre como os valores culturais estão impressos em unidades menores da língua e como constituem sentido ao integrarem *frases/discursos* da criança e do outro em suas enunciações. Esses recortes buscam trazer à luz as relações de *conjunção e disjunção* dos discursos da criança e do outro a partir da atualização do morfema *-inha*.

Recorte Enunciativo B

Fato enunciativo B1

Episódio: FRA (2;3;00)
 Participantes: CAR (tia, filmando)
 Situação: FRA está na casa de sua AVÓ, brincando e conversando com CAR.

Com: FRA e CAR conversam sobre presentes de Natal.
 CAR: hum! O que qui o Papai ÉI troxi?
 FRA: pesenti
 CAR: presentí? O que qui ele troxi?
 FRA: pesenti [= apontando para a porta]
 CAR: ah aquilu ali o que qui ele troxi pra Queca?
 FRA: troxi pesenti a mim
 CAR: o que qui ele troxi pra ti?
 FRA: pesenti
 CAR: boneca?
 FRA: é
 CAR: **ropinha?**
 FRA: é
 CAR: que mais?
 FRA: e [=pensando]
 CAR: **mesinha com panelinha**
 FRA: **elinha, mesinha**
 CAR: hum

Analisando o fato enunciativo B1, percebemos que o uso do morfema *-inha* se realiza no discurso através de CAR integrando outras formas – roupa, mesa e panela – produzindo novos sentidos no discurso. Esse novo sentido se relaciona ao universo de criança e de menina

de FRA, uma vez que integra formas que constituem referência no discurso a presentes que o Papai Noel teria trazido para a própria FRA. Por causa disso, a criança utiliza essas formas a partir da atualização no discurso pela tia, o que mostra esses discursos em conjunção. A dependência desses dois discursos se percebe porque a criança não constitui sozinha nomeações específicas a seus presentes, por isso FRA precisa da atualização da tia para constituir novas referências em seu discurso. Entretanto, como vimos no segundo capítulo, essa conjunção *eu-tu* se relaciona de modo a dar à criança um lugar enunciativo. Dessa dependência, então, emerge a criança como sujeito na linguagem.

No momento em que CAR atualiza a forma *-inha* no discurso nos signos livres e convoca FRA a se enunciar, a criança se sente autorizada a também atualizá-la. Desse modo passa a utilizar seu aparato semiótico para atualizar as formas sugeridas pela tia a fim de que também produzam sentido à sua interlocutora. É nesse movimento que a criança também insere a cultura em seu discurso, uma vez que, apoiada no uso da tia, sua enunciação carrega os valores culturais que permeiam a situação discursiva. O que se pode inferir é que, neste fato, as formas *-inha*, endereçadas pelo adulto à criança, evocam para essas interlocutoras específicas valores culturais que se incorporam na língua e fazem parte do universo de criança e menina de FRA.

Retomando a noção de Rocha (2008), que classifica o morfema *-inha* como um *sufixo avaliativo*, uma das possibilidades de emprego dessa forma, que nos parece ser relevante aqui, é indicar “carinho, amor, educação” (ROCHA, 2008, p. 217), ou seja, para além das relações de dimensão das formas atualizadas que remetem à situação de manipulação de brinquedos de FRA, percebemos aqui uma relação de proximidade e afetividade entre as interlocutoras. Os valores que as formas *elinha*, *mesinha* carregam, então, são impressos no discurso de FRA através de um movimento de conjunção dos discursos criança-outro e referem-se ao semantismo social de criança, menina e de proximidade entre as interlocutoras.

Fato enunciativo B2

Episódio: Franciele (1;8;10)
 Situação: Franciele usava a expressão de xingamento “droga” sempre que algo não dava certo em suas brincadeiras, o que a mãe seguidamente a repreendia.

Certo dia, a criança estava brincando com a mãe perto e algo deu errado em sua brincadeira.

FRA: dó ...
 MÃE: Franciele [!]
 com: a mãe repreende
 FRA: **doguinha** [= droguinha]

Este fato enunciativo, presente em trabalhos anteriores, será revisitado aqui a partir da intervenção de dois conceitos, trazidos por Benveniste em um artigo seu presente em *Problemas de linguística geral II*, que acreditamos serem muito pertinentes para esta análise, e também muito presentes na relação criança-outro: *blasfemia* e *eufemia*.

Segundo Benveniste, a *blasfemia* e a *eufemia* são vistas como “duas forças opostas cuja ação conjunta produz a *imprecação*” (BENVENISTE, 1969b/2006, p. 259), que é a expressão blasfêmica por excelência. Sobre ela, Benveniste postula:

É preciso prestar atenção à natureza desta interdição que recai não sobre o “dizer alguma coisa”, que seria uma opinião, mas sobre o “pronunciar um nome”, que é pura articulação vocal. É propriamente o saber linguístico: **certa palavra ou nome não deve passar pela boca**. Ela é simplesmente suprimida do registro da língua, apagada do uso, **não deve mais existir**. (BENVENISTE, 1969b/2006, p. 260, grifos nossos)

Portanto, a expressão blasfêmica se manifesta em uma exclamação que possui a sintaxe das interjeições, utiliza formas significantes e se manifesta em circunstâncias específicas de expressão emocional, é “uma palavra que se ‘deixa escapar’ sob a pressão de um sentimento” (*op. cit.*, p. 261) e que exprime a intensidade em relação à circunstância. Segundo Benveniste, a imprecação não tem a intenção de transmitir alguma mensagem ou de suscitar resposta, desconsiderando, inclusive a presença do interlocutor. Nessa perspectiva, a palavra “droga” é tida pela mãe de Franciele como uma imprecação, como uma expressão blasfêmica que “não deve passar pela boca”, mas tal é seu sentido que FRA a emprega em todo seu conceito de imprecação: é uma palavra que se deixa escapar, que exprime intensidade em relação a uma circunstância e que não abre diálogo, tanto que FRA desconsidera a presença da mãe ou estabelece um interlocutor neste discurso. A palavra *dóga* cumpre seu papel imprecativo no dizer de Franciele.

Entretanto, sendo a *blasfemia* e a *eufemia* forças opostas, a imprecisão suscita imediatamente uma censura, e eis Benveniste postula: “a *blasfemia* suscita uma *eufemia*” (*op. cit.*, p. 262). Nesse sentido, a *eufemia* é o ato de refrear a *blasfemia*, corrigi-la e desarmá-la. Essa reformulação, portanto, mascara a *blasfemia*, mas não a anula, fazendo “alusão a uma profanação de linguagem sem realizá-la” (*op. cit.*).

Em B2, a censura da imprecisão se dá pela repreensão da mãe chamando a atenção da criança (**Franciele [!]**), mas, ao compreender a censura, FRA desarma a imprecisão através da atualização do morfema *-inha* como integrante à forma *droga*, demonstrando uma disjunção nos dois discursos, a não-dependência da mãe para a atualização de suas formas no discurso. Se “dóga” é um tabu, e *-inha* é o morfema atualizado nas formas que se referem ao universo infantil, carregando, portanto, os valores culturais que aí permeiam, “doguinha” atende às exigências de atenuar a forma blasfêmica, e manter o sentido de insatisfação de seu discurso.

Ao relacionarmos B1 e B2, percebemos que o morfema *-inha* atualizado nas formas das duas crianças carregam valores culturais que conversam em certo ponto. Em B1, o uso do morfema evoca valores do universo infantil e afetuoso que permeiam a situação discursiva entre a tia e Francisca, discursos esses que estão em relação de dependência. Já em B2, a atualização de *-inha* evoca os valores do universo infantil para disfarçar uma forma que não é bem vista, pela mãe, no discurso de Franciele. Por mais que estejamos analisando as enunciações de duas crianças neste recorte, podemos depreender que os valores culturais presentes nesta unidade morfológica também são apreendidos pela criança num movimento de conjunção e disjunção discursiva: ancorando-se na linguagem do outro, a criança assimila os valores que permeiam as relações de forma e sentido e os valores culturais do discurso e da sociedade. Deste modo, ao deparar-se com a disjunção dos discursos e com seu lugar de *eu* na enunciação, a criança pode, enfim, dar vida, na língua em ação, aos rudimentos da cultura na qual está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos anteriormente, Émile Benveniste não é um teórico da aquisição, porém circunscreveu este campo ao relacionar linguagem, cultura e sociedade. Afirmando que a criança não nasce na natureza, mas na cultura e que, por isso, “toda criança [...] aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura” (BENVENISTE, 1968/2006), o autor nos deu margem para pensar a aquisição da linguagem e as diversas inquietações que a área nos suscita.

Neste trabalho, buscamos verificar como os valores culturais engendram forma e sentido nas relações enunciativas criança-outro no ato de aquisição da linguagem. Para isso, partimos da noção da linguagem como uma faculdade simbólica humana de significar realizada pela língua, constituída por níveis e unidades articulados na forma e no sentido, que, na enunciação é convertida em discurso. Segundo Benveniste, a língua é constituída em forma e em sentido no domínio semiótico, o universo intralinguístico, e no semântico, o mundo da *frase/discurso*. No semiótico, uma forma para ter existência precisa ser reconhecida, enquanto no semântico, precisa ser compreendida no discurso – nessa perspectiva, o que está em jogo é a ideia global da frase que deriva do agenciamento das palavras no discurso. É a partir do domínio semântico, então, que as formas que a criança enuncia, ainda que não sejam reconhecidas pelo outro como pertencentes ao semiótico, são compreendidas no discurso, justamente pelo outro estar instaurado nos dois modos de ser língua – no semiótico e no semântico. Uma vez que a frase está sempre relacionada a um conjunto único de circunstâncias, é possível compreender a referência da forma enunciada pela criança a partir do sentido global da frase. Deste modo a criança e o outro constituem sentidos no fio discursivo para dar existência, na enunciação, a formas não pertencentes à língua.

A situação discursiva, além disso, está permeada de valores culturais impressos nas formas atualizadas no discurso da criança e do outro já que a língua comporta os rudimentos da cultura de uma sociedade. Nesse sentido, a criança, que nasce em uma comunidade linguística, apreende o mundo dos homens e se apropria de sua linguagem a partir de seus valores ali traduzidos. Esses valores compartilhados por uma comunidade linguística, instauram o que Benveniste chama de *semantismo social*, que é o compartilhamento dessa cultura no fio discursivo. A partir disso, a instância cultural se insere como um elemento importante para a compreensão das formas enunciativas atualizadas pela criança: uma vez que a linguagem é produzida e recebida nos mesmos valores sociais e que o “despertar da consciência na criança

coincide sempre com a aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 27), esses valores impressos na língua-discurso possibilitam a compreensão das formas não pertencentes ao semiótico.

A partir disso, nos questionamos de que maneira os valores culturais, por permearem a língua-discurso, estão impressos em unidades inferiores à frase, e nos detivemos a pensar sobre a relação de forma e sentido refletindo o modo como o morfema *-inha* constitui sentido ao integrar *frases/discursos* da criança e do outro em suas enunciações. Nos fatos enunciativos analisados, percebemos que o sufixo *-inha*, quando atualizados em formas livres pelas crianças, carrega valores culturais referentes ao universo infantil e de menina – tanto no discurso do outro quanto em seu próprio – singularizando o sentido dessas formas. A cultura impressa nessa unidade é apreendida pela criança no movimento de conjunção/disjunção no discurso, pois, ancorando-se na linguagem do outro, assimila os valores que permeiam as relações de forma e sentido dos valores culturais inscritos na sociedade que são atualizados no discurso. Nesse jogo de ancoragem e autonomia ao discurso do outro, a criança evoca os valores culturais em seu discurso por meio de unidades integrantes.

Vale ressaltar aqui que estamos tratando de duas informantes diferentes, entretanto a alusão cultural carregada por essa unidade conversa nas duas enunciações, o que nos leva a crer, juntamente com a grande quantidade de fatos enunciativos de Francisca em que o *-inha* se faz presente, que o uso deste sufixo avaliativo esteja associado à construção de sua identidade. Para isso, seria interessante verificar o modo como as crianças reagem quando o uso dessa unidade se refere a elas próprias, adentrando também em fatos de linguagem de informantes meninos para investigar essa hipótese.

Nesta pesquisa, verificamos que as relações de forma e sentido, imersas nos valores culturais de uma sociedade, se imprimem nas enunciações da criança e do outro através do *semantismo social*, que permeia a situação discursiva assegurando a produção de sentido às formas enunciativas atualizadas no discurso da criança, e do processo de integração das unidades inferiores à frase no discurso, que evocam valores culturais compartilhados pelo universo do locutor-criança. Acreditamos que a importância deste trabalho, além de contribuir aos estudos de aquisição da linguagem na perspectiva enunciativa, esteja em verificar os valores de cultura e de sociedade que são passados às crianças através da linguagem, de modo a refletir sobre nossa intervenção no mundo. Esperamos que este estudo inspire e suscite novos questionamentos sobre as relações culturais que permeiam o discurso da criança de modo a enriquecer os estudos enunciativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. (1967) A forma e o sentido na linguagem. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2006. p. 220 – 242.

_____. (1969b) Blasfemia e eufemia. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2006. p. 259 – 262.

_____. (1958) Da subjetividade da linguagem. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. 5ª edição. Campinas: Pontes, 2005. p. 284 – 293.

_____. (1970a) Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2006. p. 93 – 104.

_____. (1968) Estruturalismo e linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2006. p. 11 – 28.

_____. (1939) Natureza do signo linguístico. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. 5ª edição. Campinas: Pontes, 2005. p. 53 – 59.

_____. (1970b) O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2006. p. 81 – 90.

_____. (1964) Os níveis de análise linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. 5ª edição. Campinas: Pontes, 2005. p. 127 – 140.

_____. (1969a) Semiologia da língua. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2006. p. 43 – 67.

_____. (1963) Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. 5ª edição. Campinas: Pontes, 2005. p. 19 – 33.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 21ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

PERRONI, Maria Cecília. O que é o dado em aquisição da linguagem? In: CASTRO, Maria Fausta Pereira de. (Org.) **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1996.

PINKER, Steven (1954). Um instinto para adquirir uma arte. In: _____. **O instinto da linguagem**: como a mente cria a linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 5 – 57.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

SILVA, Carmem Luci da Costa (2009a). **A criança na linguagem**: enunciação e aquisição. São Paulo: Pontes, 2009.

_____. (2009b). A criança na estrutura enunciativa. **Organon**, Porto Alegre, v. 23, n. 46, p. 27 – 45. jan-jun, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa; FLORES, Valdir do Nascimento. A significação e a presença da criança na linguagem. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 133 – 149. jun, 2015.